



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7658 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

**FEMINISTAS E EVANGÉLICAS: DISPUTAS E DIÁLOGOS PELOS SENTIDOS DE GÊNERO**

Stefane Rodrigues Colman - UNIT - Universidade Tiradentes

**FEMINISTAS E EVANGÉLICAS: DISPUTAS E DIÁLOGOS PELOS SENTIDOS DE GÊNERO**

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo traz resultados parciais de uma pesquisa em andamento que objetiva argumentar para algo que, aparentemente, nos parece impensável em nosso tempo: zonas de diálogo, de encontro, de atravessamentos entre experiências feministas e evangélicas; não no sentido de se alcançar um consenso, tão caro ao pensamento liberal, mas de promover, como um elemento urgente e fundamental, a construção de uma democracia radical<sup>[1]</sup>, possibilidades de experiências outras que se tecem, agonisticamente, entre a ordem do discurso evangélico e feminista.

Conforme problematizou Ana Paula Martins (2016), o pensamento feminista se voltou, majoritariamente, para a religião cristã como um domínio cultural que seria seu negativo: de um lado, uma ordem do discurso religioso que produz experiências de gênero marcadamente normatizadas; de outro lado, as experiências emancipatórias promulgadas pelos ideais igualitários e revolucionários dos feminismos. Dessa forma, interessa-nos problematizar como o cenário político brasileiro atual tem sido um terreno fértil para a proliferação e o recrudescimento da ordem binária do discurso de gênero que sustenta essa aparente incompatibilidade da experiência cristã (no caso do Brasil de hoje, a experiência evangélica) com a experiência feminista.

Para um estudo que problematize as formas de ser sujeito propostas pela ordem do discurso feminista e pela ordem do discurso evangélico, faz-se necessário nos voltarmos para o conceito de experiência. Diante dessa tarefa, de acordo com Jorge Larrosa (2011), a experiência é, longe do paradigma do indivíduo humanista, uma prática social e política por excelência, pois a experiência tem um princípio de exterioridade intransponível e que, inelutavelmente, nos funda como sujeitos. Com efeito, “não há experiência sem a aparição de alguém, ou de algo, ou de um isso, de um acontecimento em definitivo, que é exterior a mim, estrangeiro a mim, estranho a mim, que está fora de mim mesmo, que não pertence ao meu lugar” (LARROSA,

2011, p. 12). Em outros termos, uma experiência só se tece, só se produz, e só nos produz subjetivamente na relação com o outro.

Encontramos, talvez, nesse ponto do debate sobre nossa constituição subjetiva, uma aproximação da conceituação de Larrosa àquela empreendida por Michel Foucault (1984, p. 10) sobre matriz de experiência: a “[...] correlação, em uma dada cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade”. Assim, e a um só tempo, a matriz de uma dada experiência, como a evangélica e a feminista, pressupõe a tríade saber-poder-subjetividade que atravessa todas as problematizações foucaultianas e que, em seu cerne, apontam para uma e mesma pergunta: como nos constituímos como sujeitos, hoje? (FOUCAULT, 2009). Em outros termos, Foucault nos aponta para a problematização de uma ontologia do presente: como certos regimes de verdade encontram condição de emergência e, sobretudo, qual seus efeitos como matrizes de nossas experiências subjetivas.

Se, tal como colocam Maura Lopes e Pedro Witchs (2015, p. 15), problematizar nossas constituições subjetivas como matriz de experiência “significa assumir que, a partir dela [a experiência], é possível fazer e dizer coisas sobre determinados indivíduos que a ela são relacionados”. Sendo assim, nossa problematização tomará os trabalhos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) tendo em vista a seguinte questão: o que o campo dos estudos de gênero em educação tem dito sobre as possibilidades de ser e viver gênero promulgadas pela matriz de experiência evangélica?

Assim, recorreremos à pesquisa bibliográfica, uma vez que a partir dela buscaremos possíveis respostas para um dado problema por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as contribuições científicas (BOCCATO, 2006). Nesse sentido, nos voltamos, mais especificamente, para o GT 23 – Gênero, sexualidade e educação - desde suas primeiras publicações como GE, no ano de 2004, até 2019. Escolhemos a ANPEd no sentido de que o GT 23 reconhece o cenário atual e as urgências de nosso tempo e os trazem para debate, a exemplo disso: a disputa pelo conceito e uso do gênero e a legitimação dessa perspectiva no debate e produção acadêmica sobre a educação (MEYER; MAIO; RIBEIRO; RIBEIRO; VIANNA; CARVALHO, 2019). Bem como, por ser um “um espaço legitimado, no interior da mais importante associação brasileira de educação, para que essa rede – que já existia – pudesse se tornar visível e, conseqüentemente, pudesse se fortalecer” (ANPEd, 2005, n.p.), e por sua constante autocrítica que tem acompanhado a produção do GT 23 e o próprio campo dos estudos feministas (RIBEIRO; XAVIER FILHA, 2015).

Assim, e a partir de um total de 205 textos publicados no GT 23 – Gênero, sexualidade e educação, no período compreendido entre 2004 e 2019, selecionamos nove textos voltados para experiência evangélica e suas possibilidades de ser e viver gênero. A quantidade reduzida de textos selecionados nos chamou a atenção para algo que Souza (2004, p.1) já havia percebido aproximadamente uma década atrás: parece que “os estudos feministas no Brasil ainda não estão completamente à vontade na discussão dessa temática. Gênero e religião compõem uma equação ainda pouco discutida e pouco admitida, abordada de forma muito acanhada.”. Considerando a prevalência da religião evangélica, cotidianamente, em nossa sociedade, sobretudo na produção de sentidos, subjetividades e modos de ser, é de grande relevância estudos como este.

## 2 O QUE NOS DIZ O CAMPO DOS ESTUDOS DE GÊNERO EM EDUCAÇÃO?

Não é novo no campo dos estudos de gênero em educação a ideia de como os modos de subjetivação de gênero e sexualidade são um processo profundamente educacional: “*educação* não se limita mais a ser um sinônimo de *escola*, já que diversas instâncias da cultura hoje se ocupam, das mais diferentes formas, em produzir, em formar, enfim, em educar sujeitos” (MARCELLO & FISCHER, 2011, p. 504). Assim, e a partir da virada dos estudos culturais implicados às teorizações foucaultianas, houve, nas pesquisas em educação, uma profunda ampliação de conceitos como educação, pedagogia e currículo; de modo a pensar como os sentidos constitutivos de nossas subjetividades são, por nós, aprendidos na cultura: falar, portanto, em *um corpo subjetivado* (por pedagogias culturais, por currículos culturais) é, por extensão, falar de *um corpo educado* dentro da ordem do discurso de gênero e sexualidade de nosso tempo (LOURO, 2000; PARAÍSO, 2016).

Dito isso - e pensando que apesar da pluralidade desses textos, as análises do GT 23 operam “em grande medida, por meio de um amplo, mas semelhante, arcabouço teórico dos estudos feministas e dos estudos culturais em educação; neste caso, aqueles comprometidos com as proposições pós-estruturalistas” (BALTHAZAR & MARCELLO, 2018, p. 9) -, é possível afirmar que, em seu conjunto, os textos ora problematizados compreendem que nossas experiências subjetivas tomam forma a partir de (e, paralelamente, dão forma a) *uma economia discursiva* de gênero e sexualidade: “o sujeito é um efeito das linguagens, dos discursos, dos textos, das representações, das enunciações, dos modos de subjetivação, dos modos de endereçamento” (PARAÍSO, 2012, p. 29).

Aqui, então, reencontramos uma insistente questão: quais práticas discursivas são elegidas, pelos textos da ANPEd, como constitutivas de domínios de saberes cristãos/evangélicos e o que sustentam sobre as formas de ser sujeito de gênero e sexualidade? Os textos trazem à baila como, por meio de arquétipos femininos como Sara e Miriam, os discursos bíblicos sustentam nosso “imaginário da e sobre a mulher educadora” (VASCONCELOS & ANDRADE, 2004, p. 3); os “discursos religiosos-cristãos” de alunas de um curso de pedagogia que “parecem dificultar a problematização de concepções e valores relacionados às sexualidades e relações de gênero” (CASTRO, 2015, p. 10); como textos de associações cristãs e de figuras religiosas, como o Papa Bento XVI, dão corpo aos “discursos referentes a uma suposta ‘ideologia de gênero’” (DUQUE, 2017, p. 6); os saberes de alunas e alunos da Educação de Jovens e Adultos sobre o *kit gay*, já que “incorporam com fidelidade o que ouvem na igreja/religião que frequentam” e, assim, colocam em xeque a possibilidade da educação laica (GOETTENS, SCHWENGBER & WISNIEWSKI, 2017, p. 10); como os discursos de binarismos de gênero tem se estendido para além dos púlpitos das igrejas através das “múltiplas linguagens – memes, vídeos, textos, áudio, site, gifs animados... e se estabelecem como fomento à argumentação em disputas legislativas e sociais mais amplas” (CARVALHO & POCHAY, 2019, p.1); e, sobretudo, como o avanço discursivo do fundamentalismo religioso no espaço público - a exemplo do crescimento da bancada da bíblia no congresso nacional e da falaciosa ideia de *ideologia de gênero* - tem como um dos objetivos primeiro a disputa de sentidos do jogo do verdadeiro e do falso com o campo dos estudos de gênero, seja no campo da política, do debate acadêmico, dos direitos humanos e do território escolar (CASTRO, 2017; MOREIRA, 2017; GAVA, 2019; SILVA, 2019).

Assim, os trabalhos da ANPEd demonstram um investimento na proliferação

de discursos que formam, minuciosamente, os objetos de que fala; fazendo de nós um corpo que é acolhido por uma ordem discursiva que nos antecede e, por certo, um corpo que produz e retifica o discurso: “a ponto de já não diferenciarmos o que a sociedade diz de mim ou para mim, daquilo que eu digo de mim mesmo” (FISCHER, 2012, p. 45). Ao se alinharem à ideia de que o discurso produz, os trabalhos da ANPEd problematizam, por exemplo: como “os textos bíblicos que configuraram o imaginário das mulheres-professoras, ensinando-lhes a moldar seus corpos e suas mentes para a ‘missão magisterial’” (VASCONCELOS & ANDRADE, 2004, p. 9); ou, como na disputa do campo discursivo político, o discurso fundamentalista religioso é parte do dispositivo da sexualidade que “classifica e organiza como desviantes, anormais, excêntricos, diferentes, nocivos, estranhos ou abjetos todos aqueles sujeitos que são dissidentes da referência hegemônica” (CARVALHO & POCHAY, 2019, p. 2).

Ao falar de discursos que passam a ser nossos, de discursos que habitam nossos corpos e são por nós reificados, os textos da ANPEd se alinham, conjuntamente, à aposta teórico-política foucaultiana de que os discursos se produzem em função das (e concomitantemente às) relações de poder, podendo operar de forma normalizadora. Aqui, então, encontramos uma das marcas decisivas do campo dos estudos de gênero em educação, a saber, *uma analítica do poder* que se perguntou, de diferentes modos e a partir de diferentes artefatos, como o gênero e a sexualidade operam dessa forma (normalização dos corpos): “as instituições escolares”, mas, como já mencionado, outras tantas dimensões da cultura, “constituíram-se, nas sociedades urbanas, em instâncias privilegiadas de formação das identidade de gênero e sexuais, com padrões claramente estabelecidos, regulamentados e legislações *capazes de separar, ordenar e normalizar cada um/a e todos/as*” (LOURO, 1998, p. 40, grifos nossos).

As problematizações sobre nossas possibilidades subjetivas não se voltam, unicamente, para as formas como nos tornamos sujeitos, disciplinados, normalizados pela matriz de inteligibilidade binária de gênero e sexualidade - uma dimensão que se tornou marca decisiva e, por que não dizer hegemônica no campo dos estudos de gênero em educação nos últimos vinte anos? (BALTHAZAR & MARCELLO, 2018). Porém, e ainda que de forma rarefeita, pesquisadoras têm, em diálogo com a filosofia da diferença, apontado para a urgência de problematizarmos a multiplicidade, a pluralidade e a provisoriade das nossas subjetividades de gênero e sexualidade: “a resistência é a criação de possíveis. Ela é força agenciadora que transforma e funda outras e novas relações. [...]. É esse potencial de criação da resistência que necessitamos acionar para embaralhar esses códigos tristes e para voltar a sorrir” (PARAÍSO, 2016, p. 408).

Em outros termos, é urgente, no difícil tempo que vivemos, não perdermos do horizonte onde a multiplicidade vaza e excede essa normalização. Nessa esteira de pensamento, a partir dos trabalhos da ANPEd foi possível perceber uma possibilidade de resistência, entretanto, que seu lugar é outro, fora de uma experiência evangélica (GOETTEMS; SCHWENGBER; WISNIEWSKI, 2017; CASTRO, 2017; SILVA, 2019; GAVA, 2019). Será que não seria possível pensarmos resistência a partir da própria experiência evangélica? Inspiradas para além de “uma resistência que não somente “diga não”, mas que crie possíveis” (PARAÍSO, 2016, p. 389), que transforme e faça do não uma intensidade de vida, uma potencialidade de mudanças e movimento intensivo que mobiliza o encontro de saídas e o sim à vida (PARAISO, 2016), através de gestos mínimos de resistência (BALTHAZAR; MARCELLO, 2018), posturas feministas que se tecem, agonisticamente, no seio

mesmo da normatividade, nos limites de uma experiência evangélica.

Castro (2017, p.7) nos apontou que precisamos considerar que “no interior de cada confissão religiosa, os sujeitos podem apresentar distintos modos de pensar e de lidar com essas questões (diversidade sexual e gênero)”. Portanto, há que se destacar aqui que há uma diferença entre fé individual e as estratégias de poder que envolvem as religiões. Pois, “se nós não fizermos essa diferenciação, corremos o risco de enquadrar as pessoas religiosas automaticamente como opositoras políticas, quando os nossos opositores são aqueles que se utilizam das religiões como ferramenta de dominação.” (Diálogo Coletivo, 2019, p. 14).

### 3 CONCLUSÃO

As discussões aqui suscitadas trazem à baila, pelos textos da ANPEd, as práticas discursivas que são elegidas como constitutivas de domínios de saberes cristãos/evangélicos e o que elas sustentam sobre as formas de ser sujeito de gênero e sexualidade. Ainda, e para que possamos pensar nas experiências que se tecem no limite, nos interstícios de experiências que aparentam ser opostas, para um antagonismo dialético, como a evangélica e feminista, precisamos caminhar para além de uma analítica do poder, em direção a gestos mínimos de resistência (BALTHAZAR; MARCELLO, 2018), que se tecem, agonisticamente, nos pontos de tensão entre experiências, gestos que transformem, criem e façam do não uma intensidade de vida, uma potencialidade de mudanças e movimento intensivo que mobiliza o encontro de saídas e o sim à vida (PARAISO, 2016).

### REFERÊNCIAS

- BALTHAZAR, Gregory da Silva; MARCELLO, Fabiana de Amorim. Feminismos para além dos feminismos: Ethos crítico e transformação do pensamento. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, 2018. Revista. Belo Horizonte: UFMG, 2018.
- CARVALHO, Felipe da Silva Ponte de; POCAHY, Fernando Altair. Problematizando o ódio à diferença nas tramas da cibercultura: rastros e restos do (in)humano. In: 39 Reunião Anual – ANPED. Niterói, 2019. **Anais**. São Paulo: ANPED, 2019.
- CASTRO, Roney Polato de. Formação docente, experiência religiosa e sexualidades: problematizações. In: 37 Reunião Anual – ANPED. Santa Catarina, 2015. **Anais**. São Paulo: ANPED, 2015.
- CASTRO, Roney Polato de. Pedagogias religiosas no combate à “ideologia de gênero”: efeitos de saber-poder-verdade. In: 38 Reunião Anual – ANPED. São Luis, 2017. **Anais**. São Paulo: ANPED, 2017.
- Diálogo Coletivo. In: GUALBERTO, Ana; MARCOLINO, Adriana; SERPA, Bibiana; SILVA, Carmen; SANTOS, Eliad Dias dos; GEBARA, Ivone; BATISTA, Juneia; VIANA, Márcia; COSTA, Maria Luiza da; TEIXEIRA, Marilane; CRUZ, Natalia Mori; BRITO, Priscilla; PINHEIRO, Rita; MOTA, Sonia; BRANCO, Sophia; ATHAYDE, Thayz de; HERMIDA, Viviane; MELLEIRO, Waldeli. **Diálogos Feministas: Desafios do feminismo frente ao crescimento da onda fundamentalista**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert e SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, 2019.
- DUQUE, Tiago. Da importância de rir com Inês Brasil: educação, pânico moral e

“ideologia de gênero”. In: 38 Reunião Anual – ANPED. São Luis, 2017. **Anais**. São Paulo: ANPED, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II: O Uso dos Prazeres**. 5.ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o poder. In: DEYFRUS, Hubert L; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2ª Edição Revista. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GAVA, Thais C. M. A chegada do discurso “ideologia de gênero” no contexto educacional brasileiro. In: 39 Reunião Anual – ANPED. Niterói, 2019. **Anais**. São Paulo: ANPED, 2019.

GOETTEMS, Lisiane; SCHWENGBER, Maria Simone Vione; WISNIEWSKI, Rudião Rafael. As diversidades sexuais na escola: (in)junções discursivas entre a religião e o Estado laico. In: 38 Reunião Anual – ANPED. São Luis, 2017. **Anais**. São Paulo: ANPED, 2017.

LARROSA, Jorge. Experiência e Alteridade em Educação. Tradução de Maria Carmem Silveira Barbosa e Susana Beatriz Fernandes. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.19, n2, p.04-27, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes; WEEKS, Jeffrey; BRITZMAN, Deborah; HOOKS, bell; PARKER, Richard; BUTLER, Judith. **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Caminhos para o feminismo. In: KLANOVICZ, Luciana Rosar Fornazari; MOREIRA, Rosemari. **Estudos de Gênero em Perspectiva**. Ponta Grossa: ANPUH – PR, 2016.

MARCELLO, Fabiana de Amorim; FISCHER, Rosa Maria Bueno. Tópicos para Pensar a Pesquisa em Cinema e Educação. **Educação e Realidade**. v. 36, n. 2, p. 505-519, 2011.

MOUFFE, C. **Sobre o político**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

MOREIRA, Jasmine. Impactos da “ideologia de gênero” na geração de políticas educacionais para a população LGBT. In: 38 Reunião Anual – ANPED. São Luis, 2017. **Anais**. São Paulo: ANPED, 2017.

MEYER, Dagmar; MAIO, Eliane Rose; RIBEIRO, Paula Regina Costa; RIBEIRO, Cláudia Maria; VIANNA, Cláudia; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Gênero, sexualidade e educação no GT 23 da ANPED: Narrativas de organização, resistência e desafios. In: 39 Reunião Anual – ANPED. Niterói, 2019. **Anais**. São Paulo: ANPED, 2019.

PARAISO, Marlucy. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. **Currículo sem Fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 388-415, 2016.

RIBEIRO, C.; XAVIER FILHA, C. Trajetórias teórico-metodológicas em 10 anos de

produção do GT 23 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 2, Salvador: UFBA, p. 01-19, abr. 2015.

SILVA, Carolina Castro. Gênero na formação de pedagogas: os percalços na inserção da temática nos percursos curriculares. In: 39 Reunião Anual – ANPED. Niterói, 2019. **Anais**. São Paulo: ANPED, 2019.

SOUZA, Sandra Duarte de. Revista Mandrágora: Gênero e religião nos estudos feministas. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 2004.

VASCONCELOS, Fabio; ANDRADE, Maria Celeste de Moura. A mulher professora: gênero e constituição da identidade docente. In: 27 Reunião Anual – ANPED. Caxambu, 2004. **Anais**. São Paulo: ANPED, 2004.

WITCHES, Pedro Henrique; LOPES, Maura Corcini. Educação de surdos e governamentalidade linguística no Estado Novo (Brasil, 1934-1948). **Hist. Educ.** [online], v. 19, n. 47, p. 175-195, 2015.

**Palavras-chave:** Estudos de Gênero, educação, experiência, feminismos, religião

---

[1] Também conhecida como Democracia Plural, sobressalta o dissenso enquanto premissa essencial a democracia, o político enquanto “dimensão de antagonismos peculiar às sociedades humanas” e a política como “conjunto de práticas e instituições por meio das quais uma ordem é criada” (MOUFFE, 2015, p. 8), propõe abarcar a pluralidade dos indivíduos coletivos e superar o antagonismo dialético (nós/eles; amigos/inimigos).